

REPOSICIONAMENTO DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CONJECTURANDO A ECLOSÃO DE CONFLITOS SOCIOPOLÍTICOS

DELTON CHISSEVE

REPOSICIONAMENTO DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE: UMA ANÁLISE CONJECTURANDO A ECLOSÃO DE CONFLITOS SOCIOPOLÍTICOS

DELTON CHISSEVE¹

Este *brief paper* fala sobre o reposicionamento do activismo político e social em Moçambique, num contexto massivamente marcado pela participação da cidadania activa nos pleitos eleitorais de 2023, contrariando a tendência dos pleitos passados, na sua maioria marcados por fraco activismo político e social. Neste contexto, este *brief paper* defende o argumento segundo o qual, o reposicionamento está associado ao facto de que a população moçambicana ganhou nova consciência política e social, caracterizadas pela busca da verdade e da autenticidade dos seus governantes. Este reposicionamento inclui igualmente a disposição da população de enfrentar o poder do estado e acarreta dois domínios de análise com consequências nefastas para o governo moçambicano, respectivamente: domínio doméstico e domínio externo. Isto ocorre porque a população tende a perder medo em relação à repressão exercida pela polícia e pelos militares. Além disso, neste reposicionamento se despertou a existência de um conflito latente e vigente entre o actual governo de Moçambique e a geração 1990-2000. Do ponto de vista metodológico, dois instrumentos apoiaram esta análise: técnica bibliográfica e técnica documental. Em termos teóricos, este *brief paper* foi lido à luz da teoria das Necessidades básicas de Maslow, em conjugação com a teoria de Frustração e Agressão de estudos de conflitos. Por fim, as conjecturas feitas neste *brief paper* indicam que o actual governo da Frelimo perdeu legitimidade aos olhos do povo, sobretudo para a geração 1990-2000. Entretanto, há ainda conjecturas cuja assunção é de que a Frelimo goza de uma legitimidade assente em duas perspectivas de análise, respectivamente: uma perspectiva tradicional e outra perspectiva Institucional. As duas perspectivas se complementam e justificam a permanência da Frelimo no poder.

¹ Pós-graduado em Metodologia de Ensino e Pesquisa, Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia, Pesquisador e Analista de Política Internacional pela D.C. International Reseacher. Endereço electrónico: deltonchisseve@gmail.com / +258 848129814 / +258 82060700

SOBRE O CESA

CEsA is a research Centre that belongs to CSG/Centre for Research in Social Sciences and Management, which is hosted by ISEG - Lisbon School of Economics and Management, Universidade de Lisboa, a school dedicated to teaching and research which was founded in 1911. In 2015, CSG was the object of the international evaluation process of R&D units carried out by the Portuguese national funding agency for Science, Research, and Technology (FCT - Foundation for Science and Technology), resulting in being ranked as “Excellent”. Founded in 1983, CEsA is a non-profit private institution, whose research team is composed of ISEG faculty, full-time research fellows, and faculty from other higher education institutions. Its object is the study of economic, social, and cultural development in developing countries in Africa, Asia, and Latin America, although it places particular emphasis on the study of African Portuguese-speaking countries, China, and Pacific Asia, as well as Brazil and other Mercosur countries. Additionally, CEsA also promotes research on other theoretical or applied topics in development studies, including globalisation and economic integration in other regions, either generally or across several regions. From a methodological point of view, CEsA has always sought to foster a multidisciplinary approach to the phenomenon of development, and a permanent interconnection between the theoretical and applied aspects of research. Furthermore, the Centre pays particular attention to the organization and expansion of research-supporting bibliographic resources, the acquisition of databases, and publication exchange with other research centres.

DISCLAIMER

CEsA neither confirms nor informs any opinions expressed by the authors in this document.

More Brief Papers CEsA/CSG available at:

<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/publicacoes/brief-papers/>

CEsA – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CSG/ISEG/ULisboa)

Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa

+351 21 392 5983

cesa@cesa.iseg.ulisboa.pt

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL

REPOSICIONAMENTO DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

A CONTRATAÇÃO DAS DÍVIDAS OCULTAS E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

A MORTE DO MÚSICO AZAGAIA E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2023 E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

MANIFESTAÇÕES PÓS-ELEITORAIS DE 2023 E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

CONCLUSÃO

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

O reposicionamento do activismo político e social em Moçambique traz ao debate assuntos que ganharam espaço no seio académico e no seio de formulação de opinião pública. Estes assuntos ganharam destaque no período entre 2016 a 2023, período caracterizado por muitos fenómenos políticos e sociais que contribuíram para despertar a nova consciência do activismo político e social do povo moçambicano, sobretudo para a geração 1990-2000.

Para ser específico, no ano de 2016, se despoletou a questão sobre as dívidas ocultas, avaliadas em mais de 2 mil milhões de dólares americanos e fez com que muita informação a este respeito fosse do domínio público, tendo gerado sentimento de descontentamento no seio da população moçambicana e noutros seguimentos da sociedade. Por exemplo, Cortês (2018:273) revela que mesmo no seio do partido Frelimo, determinadas figuras de topo, nomeadamente, Graças Machel, Sérgio Vieira e Teodato Hunguana, entre outros, apareceram publicamente a manifestar seu descontentamento pela contratação das dívidas ocultas por parte do governo liderado pelo então Presidente Armando Guebuza. Por seu turno, no ano de 2023, se acentuou o nível de descontentamento da população quando a polícia moçambicana, com recurso a granadas de gás lacrimogéneo dispersava e espancava pessoas que se fizessem à rua para marchar em homenagem ao músico Azagaia. Na verdade, a população concebeu os actos da polícia como uma acção premeditada pelo governo, dado que Azagaia era um crítico acérrimo de muitos assuntos tais como, corrupção, má governação e guerras.

O ano de 2023 foi igualmente marcado por realização de eleições autárquicas e a população manifestou grande pretensão de exercer o seu direito de voto. O facto mais excitante que se observou nestas eleições foi o exercício de cidadania bastante activo que chegou a ter alguns excessos de excitação. Por exemplo, o voto em Moçambique é secreto, mas neste caso os eleitores combinavam sobre quem deviam votar e após a votação se fotografava o boletim de voto para confirmar que se tinha votado de acordo com o combinado, por um lado.

Por outro lado, o CDD (2024:7) indica que o acto de votação nas eleições de 2023 teve como principais incidências a intervenção da polícia que excedeu no uso da força, tendo sido mortas diversas pessoas em Nampula, Cabo-Delgado e Sofala, bem como detenções arbitrárias que na cidade de Maputo culminaram com cerca de 200 pessoas indevidamente encarceradas. Isto agravou o descontentamento e a fúria popular.

Como resposta ao descontentamento e a fúria popular, este *brief paper* mostra que a participação massiva da população durante as eleições autárquicas de 2023 visava passar a mensagem segunda a qual não mais legitima a Frelimo e transfere a sua legitimidade para oposição política, para intencionalmente infligir dor e punição ao governo da Frelimo. É deste cenário que se deu a percepção de que a oposição política moçambicana estaria a se legitimar aos olhos do povo, o

que constitui ilusão!

Sob outro prisma de análise, este *brief paper* entende que a insatisfação do povo moçambicano já existia, embora numa dimensão latente, resultante de um contexto de precariedade económica que Moçambique atravessa. Neste caso, esta insatisfação se manifestou com o anúncio das dívidas ocultas, durante as marchas em homenagem ao músico Azagaia e nas eleições de 2023. Portanto, é desta junção de factos que nasce o reposicionamento do activismo político e social dos moçambicanos, cujo objectivo visa a busca pela verdade e a busca pela autenticidade dos governantes.

Por fim, as conjecturas feitas neste *brief paper* mostram a ocorrência de um conflito latente e em vige entre o governo e a geração de 1990 a 2000. E em virtude deste conflito, conjectura-se que a Frelimo esteja na iminência de perder legitimidade aos olhos do povo, sobretudo para a geração 1990-2000, na sua maioria desempregados e detentores duma crença contrastante à narrativa segunda a qual a Frelimo é que fez, a Frelimo é que faz e a Frelimo é que fará. Aqui, impõe-se a necessidade de mudança de *slogan* e incluir a juventude nos feitos da Frelimo.

Entretanto, há ainda conjecturas cuja assunção é de que a Frelimo goza de uma certa legitimidade assente em duas perspectivas de análise, respectivamente: uma perspectiva tradicional e outra perspectiva institucional. As duas perspectivas se complementam e justificam a permanência da Frelimo no poder.

1. ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL

Activismo político e social é tido como o engajamento em causas e em movimentos que visam transformar a realidade social e política em que se vive. Isso pode acontecer de diversas formas, desde a participação em manifestações pacíficas até ao envolvimento em campanhas eleitorais² por um lado. Por outro lado, Henriques (2000:37) defende que activismo político e social é a participação responsável dos cidadãos na vida pública de um país, quer através dos processos de representação política, quer através de instituições da sociedade civil e com compromissos nos princípios e valores fundamentais da democracia. Portanto, a importância do activismo político e social está na possibilidade de influenciar as decisões tomadas por governantes e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. REPOSICIONAMENTO DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Para se compreender o reposicionamento do activismo político e social em Moçambique, é necessário, antes de mais, que se saiba o posicionamento deste activismo político e social em Moçambique. Neste caso, o posicionamento do activismo político e social em Moçambique é descrito nalguns casos como inexistente e/ou de carência de cidadania activa (Embaixadas Nórdicas, 2013:18). Além disso, mais de 70% dos cidadãos não têm contacto com qualquer administração pública local (*Ibid*). Este facto condiciona o exercício do activismo político e social em Moçambique.

Mais ainda, a carência de cidadania activa em Moçambique era justificada por índices de participação bastante baixos em ambas as eleições, gerais e locais. Por exemplo, Brito (2013:30) refere que nas eleições municipais de 1998, a participação de eleitores nos 33 municípios foi de apenas 15%. Por seu turno, nas eleições de 2013 a participação de eleitores subiu para uma média de 27%.

Por conseguinte, a mudança do fraco posicionamento do activismo político e social em Moçambique para um forte posicionamento do activismo político e social em termos de participação eleitoral começou a vigorar nas eleições autárquicas de 2018, em que a participação média dos eleitores nas 53 autarquias de Moçambique foi de 60,3%, o que representa um aumento significativo em comparação às eleições autárquicas de 1998 e de 2013. A evolução de participação eleitoral deu-se igualmente nas eleições autárquicas de 2023, caracterizadas por

² Activismo Político, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/353166636-jovens-participacao-politica-e-engajamentos-experiencias-e-significados>, Consultado no 6/03/2025.

participação massiva da população com cerca de 74,6%, onde os eleitores estabeleciam combinados sobre quem votar e nalgumas mesas de voto quando fosse um eleitor não conhecido no seio popular era lhe dado uma indicação sobre quem votar, embora o voto seja secreto.

Assim, depreende-se que o aumento da participação popular nas eleições em Moçambique seja resultante do despertar da consciência do activismo político e social da população, por entenderem que a política tem impactos severos nas suas vidas. E este entendimento foi despertado pela divulgação das dívidas ocultas, pelas repressões nas marchas em homenagem ao músico Azagaia e nas repressões das manifestações pós-eleitorais de 2023.

Portanto, o reposicionamento do activismo político e social em Moçambique não apenas ocorre em termos de participação activa nas eleições, como também ocorre através da ousadia da população no acto de assunção de causas sociais e políticas. Ou seja, esta ousadia significa perda de medo social por parte da população. Por exemplo, no ano de 2015 se organizou um bom potencial para uma boa manifestação contra a subida do preço de pão e do transporte. Em resposta, o governo levou polícias, militares, carros blindados e outros arsenais bélicos às principais estradas da cidade de Maputo e de Matola. Como consequência disso, a manifestação preparada não mais teve lugar presumivelmente porque os manifestantes tivessem medo da força da polícia e dos militares.

Porém, o mesmo cenário de polícias e carros blindados quando levados às ruas durante as marchas em homenagem ao músico Azagaia, durante as manifestações eu não pago as “dívidas ocultas” e durante as manifestações pós-eleitorais de 2023, nem com isso a população deixou de ir às ruas para manifestar-se, pelo contrário, tinha inclusive tendência de enfrentar a força da polícia. Isso ocorre porque há a perda de medo por parte da população em relação ao poder bélico do estado moçambicano.

Na verdade, as manifestações que marcam o país desde as das dívidas ocultas até àquelas em contestação dos resultados das eleições de 2023 revelam uma insatisfação popular adormecida há anos e depreende-se que as autoridades públicas não fizeram o devido seguimento sobre a ocorrência de transformações sociais e políticas em Moçambique e nem sobre as novas tendências da população em termos de ideias, crenças e convicções. Isto é importante porque actualmente Moçambique é caracterizado por uma população maioritariamente jovem, cujas ideias, crenças e convicções contrastam com os ideários dos mais velhos que por sinal são a minoria.

3. A CONTRATAÇÃO DAS DÍVIDAS OCULTAS E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

O povo moçambicano ganha nova consciência política e social na medida em que mostra-se ávido

pela busca da verdade e por questionar a autenticidade dos seus governantes políticos. Esta nova consciência foi evidenciada aquando da divulgação das dívidas ocultas em que vários seguimentos da sociedade moçambicana, por exemplo, universidades, escolas, igrejas, mercados e centros de lazer, criaram espaços que permitiram o desenvolvimento de uma população alerta e consciente sobre as acções dos governantes moçambicanos.

O assunto sobre as dívidas ocultas tornou-se ainda mais interessante quando discutido nas igrejas, lugares que se lhes assiste apenas ao direito de adoração à Deus! “Como diz Maquiavel”, a Igreja é apenas importante porque ajuda os políticos a levar o povo a obedecer as leis. Neste caso, foi bem diferente, a igreja jogou papel fundamental na “instigação” de crentes alertas e conscientes sobre as acções políticas, até porque actualmente, muitos líderes religiosos são também grandes actores políticos. Venâncio Mondlane, Miguel Mabote e Edson Massingue são exemplos disso. Consequentemente, a sociedade moçambicana ficou alerta e mais consciente social e politicamente, com capacidade de fazer a relação de causa e efeito sobre os problemas de crise económica, terrorismo em Cabo-Delgado e desemprego, onde o actual governo da Frelimo é tido como a causa determinante, sobretudo por causa da contratação das dívidas ocultas que continua a gerar insatisfação no seio popular.

Por exemplo; o Centro de Integridade Pública (CIP) manifestou a sua insatisfação contra as dívidas ocultas através da campanha “eu não pago as dívidas ocultas”. No seguimento desta campanha, o CIP viu seu escritório cercado pela polícia para efeitos de impedir as marchas e confiscar as camisetas da campanha, com registo de actos de agressão e intimidação da polícia³. Por conseguinte, o julgamento das dívidas ocultas foi também um marco importante no despertar da nova consciência do activismo político e social da população moçambicana. Por exemplo (CIP,2022:4) traz a lista dos acusados nas dívidas ocultas, onde constam os nomes dos presidentes Armando Guebuza e Filipe Nyusi. Em resultado disso, suscitou-se sentimentos de revolta contra os governantes, pois, na percepção popular, a precariedade económica e social são fenómenos provocados por governantes da Frelimo. Assim, a imagem que produziu-se a partir do julgamento das dívidas ocultas, é de governantes gangsters, cuja governação está associada à pilhagem de bens públicos⁴.

O despertar da consciência do activismo político e social do povo moçambicano, quando analisado sob prisma da teoria das Necessidades básicas de Maslow mostra uma população ávida pela busca de verdade e pela busca de autenticidade das figuras do governo moçambicano.

Entretanto, a busca pela verdade e a busca pela autenticidade segundo a teoria das necessidades definidas por Maslow sucede após a satisfação das necessidades fisiológicas, necessidade de

³ Centro de Integridade Pública, disponível em <https://opais.co.mz/cip-queixa-se-de-intimidacao-da-policia-na-sua-campanha-contra-dividas-ocultas>. Consultado no dia 11/03/2024.

⁴ Centro de Integridade Pública, disponível em <https://www.dw.com/pt-002-dia-de-indignacao-nacional-em-moçambique-contra-dívidas-ocultas/a-47357848>. Consultado no dia 11/03/2024

segurança e das necessidades de amor. E, a população moçambicana enfrenta ainda desafios enormes na satisfação das necessidades fisiológicas, o que teoricamente não justificaria o salto que fê-lo em busca pela verdade. Na realidade, existe uma explicação que sustenta este salto em busca pela verdade antes da satisfação das suas necessidades fisiológicas. O facto é que a população não se esqueceu das suas necessidades fisiológicas, a sua pretensão é primeiro garantir que a verdade seja reposta e que as figuras políticas sejam autênticas e transparentes no cumprimento das suas funções, porque entende que desta forma garantir-se-á a satisfação das suas necessidades fisiológicas e outras.

4. A MORTE DO MÚSICO AZAGAIA E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Em virtude à morte do músico Azagaia, a comunidade lusófona organizou marchas em sua homenagem. Por exemplo, em Luanda, capital de Angola, centenas de pessoas se reuniram para homenagear o músico Azagaia. Em Bissau, capital da Guiné-Bissau, foi pintado um mural em homenagem ao Azagaia. O mesmo cenário de prestação de homenagem ao músico Azagaia se deu em Cabo Verde e em Portugal⁵.

Para o caso específico de Moçambique, o músico Azagaia foi homenageado em todos cantos do país, através de marchas e vigílias. Em consequência, a polícia tentou impedir estas homenagens com recurso a gás lacrimogéneo lançado sobre as pessoas. Nesta agitação, houve quem contraiu ferimentos⁶. Por exemplo, na Cidade de Maputo se registou mais de 19 feridos e espancamentos contra os cidadãos (*Ibid*). Portanto, a actuação da polícia foi muito contestada por ONG's e sociedade civil.

Na verdade, as marchas prestadas ao Azagaia, não apenas traduziam a homenagem ao músico, como também traduziam insatisfação pelo cometimento de actos violentos da polícia contra os cidadãos. Esta insatisfação não foi somente instigada por actos violentos da polícia, a insatisfação já existia e se encontrava numa dimensão latente e adormecida, o que aconteceu é que os actos violentos da polícia tornaram-se numa condição para que a insatisfação da população viesse à ribalta.

Contudo, as marchas em homenagem ao músico Azagaia evidenciaram um verdadeiro acto de activismo social jamais visto no Moçambique pós-independência, porque ainda que a força da polícia tentasse contê-las, a população se dispôs para fazer face. Por exemplo, durante a repressão

⁵ Morte do Azagaia, disponível em <https://www.voa.portugues.com/a/morreu-o-rapper-e-activista-social-moçambicano-azagaia/6997886.html>

⁶ Polícia reprime marchas, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-policia-reprime-marchas-em-homenagem-a-azagaia/a-65034912> Consultado no dia 10/05/2024

da polícia dois jovens viriam a perder olhos e outros tantos que acabaram feridos⁷ durante o confronto com a polícia.

No caso acima, a teoria de frustração e agressão tem muito a dizer sobre o confronto entre a população e a polícia, pois, revela que se a frustração for maior e muita sentida pela população, as probabilidades de eclosão de conflitos são maiores. Na verdade, já estamos perante um cenário conflituoso entre a população e o actual governo de Moçambique, numa dimensão latente e que na eventualidade de uma instrumentalização este conflito poderá resvalar para outras dimensões piores, isto nota-se através da disposição do povo de enfrentar o poder do estado moçambicano e pela difusão nas redes sociais de mensagens de ataques e de insultos ao actual governo da Frelimo. Portanto, perante a insatisfação evidenciada durante as marchas prestadas ao Azagaia, é possível conjecturar dois cenários respectivamente, ou os serviços de inteligência de Moçambique estão a ser sabotados e ninguém lhes presta a atenção sobre as suas previsões e prescrições em relação a ocorrência de fenómenos que denotam a insatisfação do povo, ou então, os serviços de inteligência se eximiram do papel que se lhes coloca por direito de fazer previsões cruciais para evitar a ocorrência de actos danosos iguais aos que tiveram lugar nas cerimónias fúnebres do Azagaia.

5. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2023 E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

No tocante às eleições autárquicas de 2023, tal como se afirmara antes, a população moçambicana aderiu-as com grande entusiasmo. Entretanto, houve incidências de mortes e algumas acções danosas à integridade física dos eleitores por causa de excesso de zelo na actuação dos agentes da polícia (CDD, 2024:7). Indubitavelmente, esta acção visava criar medo social, porém, o efeito foi contraproducente, ao invés de se criar medo, se criou revoltas e tumultos.

Portanto, o aspecto que deve ser realçado é que a população manteve sua pretensão em votar e se conjectura que esta pretensão era tendente a apoiar à oposição política, sobretudo, depois das dívidas ocultas e das repressões que o povo sofreu durante as marchas prestadas ao músico Azagaia. Neste contexto, nas redes sociais circulavam mensagens tais como: “*Nós nem somos da Renamo, ou melhor, não somos da oposição política, só estamos cansados de vocês*”⁸. “*Nós não votamos na Frelimo*”! Na verdade, o significado político destas mensagens, visavam infligir dor e punição ao actual governo da Frelimo. Mais ainda, o outro significado político destas mensagens faziam ecoar a percepção de que a população não mais legitima a Frelimo e passa a atribuir a sua

⁷ Repressão policial, disponível em <https://observador.pt/2024/03/17/perderam-os-olhos-em-repressao-policial-mas-dao-corpo-a-geracao-18-de-marco-em-mocambique/> Consultado no dia 10/05/2024

⁸ Renamo, disponível em <https://www.bing.com/videos/search?q=Nos+nem+somos+da+renamo%2c+so+estamos+cansados+de+voces%2c+diziam+os+moçambicanos.&FORM=VDRE>

legitimidade à oposição política. A vinculação destas mensagens foi uma forma legítima da população expressar a sua opinião e lutar por seus direitos e bem-estar, e nelas manifesta-se o charme de activismo político e social. Além disso, as eleições autárquicas de 2023 criaram igualmente a percepção segunda a qual a oposição política conseguiu conquistar a legitimidade do eleitorado nacional que outrora não o legitimava, o que constitui ilusão!

Na verdade, a pretensão da população moçambicana não era a de legitimar a oposição política, era conforme se disse antes, infligir dor e punição à Frelimo e encontrar um mecanismo a partir do qual devesse solucionar o problema de crise económica que afecta Moçambique, que por sinal é o motivo que estimula o conflito entre a Frelimo e a geração 1990-2000. Com base nesse viés, é possível que Frelimo esteja a perder sua legitimidade, sobretudo para a geração 1990-2000, na sua maioria desempregados e detentores duma crença contrastante à narrativa segunda a qual a *“Frelimo é que fez, a Frelimo é que faz e a Frelimo é que fará”*.

A Dimensão a Frelimo é que Fez

Na dimensão *“Frelimo é que fez”*, a geração 1990-2000 se revê com a Frelimo e lhe atribuem bastante respeito e reconhecimento, sobretudo pela conquista lograda pelo partido no âmbito da luta armada, facto que culminou com a libertação de Moçambique do jugo colonial português, o que permite continuamente que os moçambicanos tenham uma pátria com a qual se identificar e ter reconhecimento internacional. Por isso, alguns eleitores atribuem seus votos à Frelimo como um acto de gratidão pela conquista da independência. Porém, esta abordagem vai perdendo valor político e social devido ao novo tipo de problemas e desafios que Moçambique enfrenta e que afectam sobremaneira a geração 1990-2000.

A Dimensão a Frelimo é que Faz

A geração 1990-2000 procura analisar a dimensão *“Frelimo é que faz”* em conformidade com o contexto actual em que se vive. Portanto, actualmente em Moçambique se vive num contexto de bastante precariedade económica e política, e considera-se que mais de 30% dos jovens estejam desempregados⁹ e outros 60% no emprego informal¹⁰. Isto traduz a ideia de que apenas 10% dos jovens é que têm emprego formal. Aliás, refira-se que o Estado moçambicano não contrata há mais de 10 anos e se prevê que a contratação na função pública retome em 2026. Isto significa que temos grande maioria da geração 1990-2000 parada no tempo. Ou seja, nesta dimensão a geração 1990-2000 não compreende o que a *“Frelimo faz”*, por causa de altos índices de desemprego, calamitabilidade económica e instabilidade política. Por isso, esta geração não se revê nesta dimensão, pois se sente ignorada e impedida de evoluir social e profissionalmente.

A Dimensão a Frelimo é que Fará

⁹ Taxa de Desemprego em Moçambique, disponível em <https://www.ceicdata.com/pt/indicador/mozambique/unemployment.rate>. Consultado no dia 13/03/2024

¹⁰ Total Enemployment in Mozambique, disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.NE.ZS?locations=MZ-XU>

A dimensão “*Frelimo é que fará*” representa uma perspectiva futurista que por sinal é avaliada em conformidade com a dimensão anterior, onde a geração 1990-2000 se sente contristada pelo mau desempenho económico e político da actual governação da Frelimo, o que traduz muitas incertezas e dúvidas sobre o que a Frelimo poderá fazer futuramente pela geração 1990-2000. Pois, de acordo com o modelo de resposta organizacional de tomada de decisão em política externa, as decisões são tomadas com base nas experiências passadas. E tais experiências passadas pelo menos do ponto de vista económico e político são nefastas aos olhos da geração 1990-2000, o que faz com que esta geração mais uma vez não se reveja e desacredite na dimensão “*Frelimo é que Fará*”. Portanto, impõe-se a necessidade de mudança de slogan e incluir a juventude nos feitos da Frelimo.

Assim, através das lentes da teoria das necessidades básicas de Maslow se sugere que o governo da Frelimo reconheça esta geração que se sente marginalizada, porque o reconhecimento sob esta perspectiva teórica é um requisito crucial para criar estabilidade social e política. Por exemplo, Davidoff (2012:328) considera o reconhecimento como uma medida de solução do conflito. Neste caso, o conflito em vigência entre a Frelimo e a geração 1990-2000 pode ser solucionado através de reconhecimento dos problemas vivido e diálogo constantes. Isto significa que o governo de Moçambique deve admitir e reconhecer os desafios desta geração para conjuntamente encontrar vias de solução.

A iminência de perda de legitimidade da Frelimo não é apenas observada através das mensagens de ataques e de insultos ao actual governo de Moçambique, geralmente difundidas nas redes sociais. Por exemplo, Roskin (2024:10) defende que quanto maior for o número de polícias num Estado, menor será a legitimidade do Governo que dirige, pois, no entender deste autor, a polícia em demasia nas ruas é um sinal de necessidade de constante vigilância por temer insurreições. Este pressuposto espelha a actual realidade de Moçambique, em particular nas cidades de Maputo e Matola, onde faz-se movimentações demasiadas de polícias nas ruas¹¹. Portanto, o cenário descrito por Roskin sustenta igualmente a iminência de perda de legitimidade política da Frelimo. Na verdade, legitimidade é um tema com demasiadas nuances. Por exemplo, ainda que nas eleições autárquicas de 2023 a oposição política moçambicana tivesse conquistado todas autarquias nacionais, isso não iria automaticamente traduzir a ideia de que a oposição política já tornou-se legítima aos olhos do povo. Seria pelo cansaço que a população já se refere em relação ao actual governo da Frelimo. Dito de outro modo, a oposição política moçambicana ganhará legitimidade da população no dia que ganhar as suas mentes e os corações através de obras concretas. A legitimidade ganha-se com obras e perde-se quando as obras inexistem nas acções dos políticos. No geral, a legitimidade é adquirida lentamente e perdida rapidamente.

Por fim, há ainda conjecturas, cuja assunção é de que a Frelimo goza de uma certa legitimidade

¹¹ Fala Moçambique, disponível em <https://miramar.co.mz/videos/fala-mocambique/policia-mais-presente-nas-ruas-e-avenidas-da-cidade-de-maputo-falamocambique-10-07-2023-28079>, Consultado no dia 10/03/2024

assente em duas perspectivas de análise, respectivamente: uma perspectiva tradicional e outra institucional.

A perspectiva tradicional é marcada por um legado histórico associado ao facto segundo o qual a Frelimo libertou o país do jugo colonial português e, por isso, até aos tempos correntes reveste-se duma legitimidade daí decorrente, por um lado. Por outro lado, a dimensão tradicional é ainda constituída por grupo de pessoas cuja identidade política está vinculada à Frelimo e, por isso, são fiéis ao partido mesmo reclamando. E estes tendem a influenciar os seus familiares a se filiarem ao partido, pois tem a ideia de que com a Frelimo fora do poder estariam propensos a perder certos benefícios apenas possíveis de tê-los através deste partido. Daí o seu interesse em legitimar continuamente a Frelimo.

Em paralelo, Macamo (2012:7) sustenta que muitos oportunistas investem na ideia de uma Frelimo legítima com o intuito de tirar benefícios individuais. Cortês (2018:35) corrobora com a perspectiva de Macamo (*ibid*) afirmando que o partido Frelimo detém a capacidade de atracção de novos membros muito superior em relação aos demais partidos políticos devido às expectativas que estes possuem sobre as recompensas que podem obter por causa da militância partidária.

Por exemplo, a medida¹² anunciada pela Ministra Conwana, de privilegiar os filhos dos antigos combatentes no acesso ao emprego na função pública, contribui para que os privilegiados legitimem a Frelimo até na pior das hipóteses. Entretanto, o posicionamento desta ministra é nefasto para a criação de bem-estar comum e inclusivo.

Por fim, a perspectiva institucional defende a ideia de que a Frelimo dispõe de bastante apoio institucional, sobretudo pela sua capacidade de influenciar as decisões dessas instituições a seu favor. Por exemplo, Macamo (DW, 2023) afirmou numa entrevista que praticamente todas as instituições do Estado moçambicano são dominadas pelo partido Frelimo, o que lhe permite vantagens na manutenção da sua legitimidade política. Portanto, as duas perspectivas complementam-se e justificam a permanência da Frelimo no poder.

6. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2023 E A NOVA CONSCIÊNCIA DO ACTIVISMO POLÍTICO E SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Por fim, a perspectiva institucional defende a ideia de que a Frelimo dispõe de bastante apoio institucional, sobretudo pela sua capacidade de influenciar as decisões dessas instituições a seu favor. Por exemplo, Macamo (DW, 2023) afirmou numa entrevista que praticamente todas as instituições do Estado moçambicano são dominadas pelo partido Frelimo, o que lhe permite

¹² Afirmações da Ministra Ana Conwana, disponível em <https://www.voaportugues.com/a/especialistas-alertam-para-ilegalidade-de-privilegiar-filhos-de-combatentes-na-entrada-na-funcao-publica/66701.html>, Consultado no dia 09/03/24

vantagens na manutenção da sua legitimidade política. Portanto, as duas perspectivas complementam-se e justificam a permanência da Frelimo no poder.

As manifestações pós-eleitorais de 2023 foram suscitadas pela contestação dos resultados das eleições autárquicas, segundo a CNE, ganhas pela Frelimo em 64 das 65 autarquias¹³. Entretanto, com esta vitória a CNE parecia estar a denunciar-se a si própria de manipulador eleitoral, pois, numa altura em que Moçambique apresenta um mau desempenho económico, político e militar, não seria possível que todos eleitores votassem na Frelimo. Em virtude dessa contestação, o Conselho Constitucional reverteu os resultados, dando vitória à Frelimo em 56 Municípios contra os anteriores 64.

Aliado a isto, é que os eleitores moçambicanos ainda se sentem contristados porque associam a Frelimo ao escândalo sobre as dívidas ocultas e pelas repressões que sofreram no âmbito das marchas em homenagem ao músico Azagaia. Portanto, isso não validaria uma vitória tão retumbante ao partido Frelimo em quase 98%.

Segundo Mosca (2014:17), em democracia não existem vitórias com a maioria de 60% ou mais. O contrário disto denota, regra geral, situações de monopartidarismo, estados autoritários de direita ou de esquerda, manipulação política, entre outras anomalias. A vitória de que a Frelimo se tinha apropriado nas eleições de 2023 está associada num desses casos descritos por Mosca (*ibid*). Portanto, este é mais um dos sinais que põe em causa a legitimidade da Frelimo não apenas aos olhos do povo, mas também aos observadores internacionais das eleições.

Por conseguinte, um dos aspectos a reter nestas manifestações pós-eleitorais de 2023 foi o nível de contestação de difícil contenção e mesmo com o uso da força e da intimidação da polícia, as pessoas marchavam inclusivamente com a disposição de enfrentar a força da polícia¹⁴. E esta disposição de enfrentar a polícia acarreta dois domínios de análise com consequências nefastas para o governo moçambicano, respectivamente, domínio doméstico e domínio externo.

No domínio doméstico faz-se passar a ideia de falta de consenso entre o governo e a população. E os ambientes desprovidos de consensos propiciam a desorganização do Estado e criam uma sociedade de “tudo vale.” Pois, nas sociedades de “tudo vale” os valores de honestidade, justiça e seriedade deixam de ser a base que regula a conduta da população, abrindo espaço para comportamentos desviantes. Isto é nefasto porque a comunidade internacional olhará Moçambique como um Estado sem consensos com a própria população, por um lado.

Por outro lado, no domínio externo faz-se passar a mensagem de que o estado moçambicano está na iminência de ficar fragilizado e desprovido de poder de controlo sobre a população. É nefasto porque nenhuma acção, em qualquer Estado, deve dar a entender sobre as suas fragilidades e sobre

¹³ Eleições em Moçambique, disponível em <https://observador.pt/2023/10/27/eleicoes-em-mocambique-pelo-menos-10-feridos-e-70-detidos-durante-manifestacoes> – Observador

¹⁴ Eleições em Moçambique, disponível em <https://observador.pt/2023/10/27/eleicoes-em-mocambique-pelo-menos-10-feridos-e-70-detidos-durante-manifestacoes> – Observador

sua incapacidade de se fazer ouvir à população, sob o risco de ficar propenso a outros males danosos, igual a um corpo com HIV-SIDA, propenso a qualquer doença, por exemplo: dor de cabeça, fraquezas, febres, inchaços e dor nas articulações. Portanto, a promoção de boa imagem de Moçambique depende de como o governo lida com as questões do domínio doméstico e a sua relação com a população.

CONCLUSÃO

Este *brief paper* trouxe ao debate assuntos através dos quais a população moçambicana despertou nova consciência no exercício de cidadania, nomeadamente; a contratação das dívidas ocultas, repressões nas marchas em homenagem ao músico Azagaia, repressões durante as eleições de 2023 e repressões durante as manifestações pós-eleitorais de 2023. Através destes assuntos, a população entendeu o impacto que a política exerce sobre a vida do país.

Neste *brief paper*, se constatou que o governo moçambicano privilegia uma postura excessivamente agressiva sobre os cidadãos, como uma medida tendente a criar medo social. Porém, o efeito desta agressividade é contraproducente, pois, ao invés de criar medo social, criam-se revoltas e necessidade de vingança da parte da população. Esta vingança se manifestou através da disposição da população em fazer face à força da polícia e através de violência verbal difundida nas redes sociais contra o actual governo da Frelimo. A postura de violência de que o estado moçambicano se reveste, pode produzir internamente grupos obstrutivos entre a população, sobretudo a geração 1990-2000, capaz de enfraquecer tanto a legitimidade do partido Frelimo. Aliás, há ainda constatações segundas as quais a Frelimo pode estar a perder legitimidade política. Por exemplo, a circulação demasiada da polícia nas cidades de Maputo e Matola, teoricamente é percebida como de necessidade de constante vigilância do governo moçambicano por temer revoltas populares. Mais ainda, a legitimidade da Frelimo foi posta em causa quando nas eleições de 2023 conseguiu ter a vitória em quase todas autarquias. Portanto, esta vitória parecia desarrazoada, pois, num contexto de precariedade económica associada às dívidas ocultas não seria possível que todos moçambicanos votassem à Frelimo, por um lado.

Por outro lado, as feridas que a população contraiu durante as repressões nas marchas em homenagem ao músico Azagaia ainda não cicatrizaram, o que uma vez mais periga a legitimidade da Frelimo, por se considerar que foi o autor destas repressões. Na verdade, o estado moçambicano pode estar a criar feridas de difícil cicatrização, sobretudo para a geração 1990-2000 devido ao uso excessivo de força.

Por fim, se constatou que durante as eleições autárquicas de 2023 deu-se a percepção de que a oposição política teria conquistado a legitimidade da população, o que constitui ilusão. Pois, ainda que a oposição política moçambicana tivesse ganho todas autarquias nacionais, isto não lhe atribuiria legitimidade alguma. A legitimidade ganha-se lentamente através de obras concretas e a sua perda dá-se de forma rápida quando as obras inexistem nas acções dos políticos. Isto é, a actual oposição política moçambicana está desprovida de obras que sejam susceptíveis de legitimação popular. Portanto, a imagem aparente que deu-se nas eleições de 2023 sobre o apoio da população à oposição política não foi fruto de legitimidade, era uma estratégia popular de infligir dor e punição à Frelimo por causa do descontentamento da população em relação a actual governação caracterizada por crise económica, política e social.

AGRADECIMENTOS

À Deus por permitir despertar a cada manhã, com proteção, saúde e coragem de desbravar o mundo em busca de meus desideratos. Por iluminar diversos intervenientes que directa ou indirectamente dão seus contributos inestimáveis à minha vida. Muito obrigado a todos!

Agradecimentos especiais vão:

Ao Professor Doctor Calton Cadeado, meu orientador e amigo académico, pelos ensinamentos, ideias para uma boa pesquisa, generosidade e pela sua disponibilidade, e principalmente por ser um Docente acessível e disposto a dar orientações académicas. Por fim, agradeço aos amigos Pastor Teddy Holmies, Dionísio Cândido, Alves Mulungo, Filipe Muthemba, Mário Mapengo e ao Gracy Lopes-American Fake.

Referências

Brito, de Luís (2014), Um Olhar para a Abstenção Eleitoral em 2014.

CDD (2024), Situação dos Direitos Humanos durante as Eleições Autárquicas de 2023.

Conferencia Nórdica (2012), Elementos de um Processo de Crescimento Inclusivo em Moçambique.

Cortês, E. R. de Oliveira (2018), Velhos Amigos, Novos Adversários: As Disputas, Alianças e Reconfigurações Empresariais na Elite Política Moçambicana.

Davidoff, Lindo L. (2012), Introdução à Psicologia. São Paulo.

Henriques M. Castro (2000), Educação para a Cidadania.

Henriques, M.Castro (2000), Educação para a Cidadania.

Macamo, Elísio, (2012), O Poder da Frelimo, série de artigos de Elísio Macamo nas vésperas do 9º Congresso da Frelimo.

Macamo. Elísio, (2023), Entrevista à DW.

Mosca, João (2014), Os Elefantes Pisam, mas não Matam a Savana. Alcance editores.

Nhamirre, Borges (2022), O que Ficou por Esclarecer no Julgamento das Dívidas Ocultas. CIP

Roskin, Michael (2006), Introduction to Political Science Course. Pearson Prentice Hall

Activismo Político, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/353166636-jovens-participacao-politica-e-engajamentos-experiencias-e-significados>. Consultado no 6/03/2025

Centro de Integridade Pública, disponível em <https://www.dw.com/pt-002-dia-de-indignacao-nacional-em-moçambique-contra-dívidas-ocultas/a-47357848>. Consultado no dia 11/03/2024

Gabinete de Recuperação de Activos, disponível em <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/11477-gabinete-de-recuperacao-de-activos-ja-recuperou-alguns-produtos-financeiros-provenientes-das-dívidas-ocultas>, Consultado no dia 11/03/24

Morte do Azagaia, disponível em <https://www.voa.portugues.com/a/morreu-o-rapper-e-activista-social-moçambicano-azagaia/6997886.html>

Polícia reprime marchas, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/moçambique-policia-reprime-marchas-em-homenagem-a-azagaia/a-65034912>

Renamo, disponível em <https://www.bing.com/videos/search?q=Nos+nem+somos+da+renamo%2c+so+estamos+casados+de+voces%2c+diziam+os+moçambicanos.&FORM=VDRE>

Fala Moçambique, disponível em <https://miramar.co.mz/videos/fala-mocambique/policia-mais-presente-nas-ruas-e-avenidas-da-cidade-de-maputo-falamocambique-10-07-2023-28079>, Consultado no dia 10/03/2024